STJ00106013 - V.6

Pablo Stolze Gagliano

Juiz de Direito na Bahia. Professor de Direito Civil da UFBA – Universidade Federal da Bahia, da Escola da Magistratura do Estado da Bahia e do Curso LFG. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia.

Rodolfo Pamplona Filho

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da UNIFACS – Universidade Salvador. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e dos Cursos de Especialização *on-line* em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho da Estácio (em parceria tecnológica com o CERS Cursos *on-line*). Professor Associado II da graduação e da pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da UFBA – Universidade Federal da Bahia. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela UCLM – Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

Direito de Família 6

As famílias em perspectiva constitucional

8ª edição
revista e atualizada
2018

saraiva jur

STJ00106013 - V.6

ISBN 978-85-472-2972-6 volume 6

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gagliano, Pablo Stolze

Novo curso de direito civil, volume 6 : direito de família / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 8. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito civil - Brasil 2. Direito de família - Brasil I. Pamplona Filho, Rodolfo II. Título.

18-0017 CDU 347.6(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de família : Direito civil 347.6(81)

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Deborah Caetano de Freitas Viadana

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraíso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão Markelangelo Design e Projetos Editoriais

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva

Capa Roney Camelo
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Bartira

761946

Data de fechamento da edição: 8-1-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604678 CAE 624902

STJ00106013 - V.6

Índice

Agradecimentos 7
Nota de Abertura 25
Prefácio à Primeira Edição 29
Apresentação da Primeira Edição 31
Nota dos Autores à Oitava Edição 33
Nota dos Autores à Sétima Edição 35
Nota dos Autores à Sexta Edição 37
Nota dos Autores à Segunda Edição 39
Nota dos Autores à Primeira Edição 41

Capítulo I
Introdução ao Direito de Família

1. Proposta da obra 43
2. Conceito de família ou conceitos de famílias? 44
3. A família como significado linguístico e como instituto na História .. 52
4. Personalidade jurídica e família 59
5. A família e a eficácia horizontal dos direitos fundamentais 63
6. Direito de Família: Direito Público × Direito Privado 66
7. A família em uma perspectiva civil-constitucional 68
8. O Direito de Família e a codificação civil brasileira 70
9. As perspectivas ilimitadas do Direito de Família 76

Capítulo II
Perspectiva Principiológica do Direito de Família

1. Introdução 79
2. A dificuldade de uma sistematização principiológica do Direito de Família 80
3. Princípios gerais (aplicáveis ao Direito de Família) 81
   3.1. Princípio da dignidade da pessoa humana 81
   3.2. Princípio da igualdade 85
   3.3. Princípio da vedação ao retrocesso 93
4. Princípios especiais (peculiares ao Direito de Família) 95
   4.1. Princípio da afetividade 95

4.2. Princípio da solidariedade familiar 102
4.3. Princípio da proteção ao idoso 103
4.4. Princípio da função social da família 106
4.5. Princípio da plena proteção das crianças e adolescentes 107
4.6. Princípio da convivência familiar 110
4.7. Princípio da intervenção mínima do Estado no Direito de Família 112
4.8. Seria a monogamia um princípio? 113
5. Considerações finais sobre a principiologia do Direito de Família .. 115

Capítulo III
Considerações Introdutórias sobre o Casamento

1. Introdução ao casamento 117
2. O casamento na História 118
3. Conceito e natureza jurídica 121
4. A matemática do casamento 125
5. Tipologia básica do casamento: civil e religioso com efeitos civis.... 130

Capítulo IV
A Promessa de Casamento (Esponsais)

1. Introdução: "ficada", namoro e noivado 139
2. Responsabilidade civil por ruptura do noivado 143
3. Noivado e união estável 146
4. Doação em contemplação a casamento futuro 148

Capítulo V
Formas Especiais de Casamento

1. Introdução 151
2. Tipologia especial do casamento 151
2.1. Casamento por procuração 152
2.2. Casamento nuncupativo 158
2.3. Casamento em caso de moléstia grave 162
2.4. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade diplomática brasileira 163
2.5. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade estrangeira 166

Capítulo VI
Capacidade para o Casamento. Habilitação e Celebração Matrimonial

1. Introdução 169
2. Capacidade para o casamento 169
   2.1. Autorização para o casamento do menor de 18 anos 172
   2.2. Antecipação da idade núbil 173
3. Habilitação para o casamento 181
   3.1. Requerimento da habilitação 182
   3.2. Edital de proclamas 183
   3.3. Oposição à habilitação 184
   3.4. Certificação da habilitação 185
4. Celebração do casamento 185

Capítulo VII
Prova do Casamento

1. Introdução 195
2. A certidão de casamento como meio prioritário de prova 195
3. Posse do estado de casadas 199

Capítulo VIII
Plano de Existência do Casamento

1. Introdução 203
2. Noções gerais do plano de existência do negócio jurídico 205
   2.1. Manifestação de vontade (consentimento) 207
   2.2. Sobre a diversidade de sexos 210
   2.3. Celebração por autoridade materialmente competente 217

Capítulo IX
Plano de Validade do Casamento: Introdução e Impedimentos Matrimoniais — O Casamento Nulo

1. Introdução 223
2. Conceito e tratamento legal 224
3. Análise do art. 1.521 do Código Civil: impedimentos matrimoniais 228

3.1. Casamento entre parentes em linha reta 229
3.2. Casamento entre afins em linha reta 231
3.3. Casamento entre o adotante com quem foi cônjuge do adotado e do adotado com quem o foi do adotante 231
3.4. Casamento entre colaterais 232
3.5. Casamento entre o adotado e o filho do adotante 235
3.6. Casamento entre as pessoas casadas 236
3.7. Casamento entre o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte 237
3.8. Casamento entre adúlteros 239
4. Oposição dos impedimentos 239
5. Notas sobre os impedimentos matrimoniais no Estatuto das Famílias. 240
6. Efeitos jurídicos do casamento nulo 241

Capítulo X
Plano de Validade do Casamento: Causas de Anulação do Casamento — O Casamento Anulável

1. Introdução 245
2. Causas de anulabilidade no Código Civil de 1916 245
3. Causas de anulabilidade no Código Civil de 2002 246
3.1. Nubente que não completou a idade mínima para casar 247
3.2. Nubente em idade núbil sem autorização para o casamento 247
3.3. Vícios de vontade 248
3.3.1. Da omissão legal de referência a outros vícios de consentimento 248
3.3.2. Do erro essencial sobre a pessoa de um dos cônjuges 249
3.3.2.1. Quanto à identidade, honra e boa fama 252
3.3.2.2. Quanto à existência de cometimento de crime. 255
3.3.2.3. Quanto à existência de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou patologia transmissível 256
3.3.2.4. Hipóteses não mais caracterizadoras de erro essencial 256
3.3.3. Da coação 258
3.4. Nubente incapaz de consentir ou de manifestar o seu consentimento 261
3.5. Revogação do mandato no casamento por procuração 262
3.6. Incompetência da autoridade celebrante 263

4. Prazo e legitimação para anulação do casamento 263
5. Efeitos jurídicos do casamento anulável 265
5.1. Convalescimento do casamento anulável 266
5.2. Natureza jurídica da sentença anulatória do casamento 267
5.3. Consequências jurídicas da anulação do casamento 268

Capítulo XI
Plano de Validade do Casamento: Casamento Putativo

1. Introdução 269
2. Casamento putativo e princípio da boa-fé 270
3. Conceito e tratamento legal 273
4. Reconhecimento da putatividade 275
5. Efeitos jurídicos do casamento putativo 276
5.1. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por ambos os cônjuges 276
5.2. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por um dos cônjuges 278

Capítulo XII
Plano de Eficácia do Casamento: Deveres Matrimoniais e Causas Suspensivas do Casamento

1. Introdução 281
2. Eficácia jurídica do casamento: deveres matrimoniais 282
3. Os deveres matrimoniais e o Código Civil: introdução 284
3.1. Breves considerações sobre o nome de casado 286
3.2. A importância do planejamento familiar como decisão do casal, com o apoio do Estado 288
4. Os deveres matrimoniais típicos no Código Civil 291
4.1. Fidelidade recíproca 292
4.1.1. Caracterização da ruptura do dever de fidelidade 294
4.1.2. Tipologia especial do adultério 298
4.2. Vida em comum no domicílio conjugal (dever de coabitação) 301
4.2.1. A natureza jurídica do "débito conjugal" e a consequência do seu descumprimento 303
4.3. Mútua assistência 305
4.4. Sustento, guarda e educação dos filhos 306
4.5. Dever de respeito e consideração mútuos 308

5. Causas suspensivas do casamento 308
5.1. Noções gerais 308
5.2. Casamento do(a) viúvo(a), com filhos do falecido, pendentes inventário e partilha 310
5.3. Casamento da viúva ou de mulher cujo casamento tenha sido nulo ou anulado, antes do decurso de dez meses 310
5.4. Casamento do(a) divorciado(a), pendente a partilha dos bens do casal 311
5.5. Casamento do(a) tutor(a), curador(a) ou seus parentes com a pessoa tutelada ou curatelada 312
5.6. Arguição das causas suspensivas 312
5.7. Consequências jurídicas da verificação de causas suspensivas... 313

Capítulo XIII
Regime de Bens do Casamento: Noções Introdutórias Fundamentais

1. Introdução 315
2. Conceito e principiologia 316
3. Pacto antenupcial 317
4. Autorização conjugal ("outorga uxória" e "outorga marital") 320
5. Regimes de bens no Direito Civil brasileiro 327
6. Regime legal supletivo 328
7. Regime legal obrigatório 330
8. Mudança de regime de bens do casamento 335
9. Administração dos bens no casamento 341

Capítulo XIV
Regime de Bens do Casamento: Comunhão Parcial de Bens

1. Introdução e supletividade 345
2. Conceito 347
3. Bens excluídos da comunhão 347
3.1. Bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar 348
3.2. Bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares 349

3.3. Obrigações anteriores ao casamento 349
3.4. Obrigações provenientes de atos ilícitos, salvo reversão em proveito do casal 350
3.5. Bens de uso pessoal, os livros e instrumentos de profissão 350
3.6. Os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge 351
3.7. Pensões, meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes. 354
3.8. Bens cuja aquisição tiver por título uma causa anterior ao casamento 354
4. Bens incluídos na comunhão 356
4.1. Bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges 356
4.2. Bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior 357
4.3. Bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de ambos os cônjuges 357
4.4. Benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge 357
4.5. Frutos dos bens comuns ou dos particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a comunhão 359
5. Administração do patrimônio no regime da comunhão parcial de bens 360

Capítulo XV
Regime de Bens do Casamento: Comunhão Universal de Bens

1. Introdução 363
2. Conceito 364
3. Bens excluídos da comunhão 365
3.1. Bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade (e os sub-rogados em seu lugar) 365
3.2. Bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva 366
3.3. Dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum 367
3.4 Doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incomunicabilidade 367
3.5. Bens referidos nos incisos V a VII do art. 1.659 (exclusão da comunhão parcial) 368

3.6. Outras hipóteses não codificadas 369
4. Tratamento jurídico da administração dos bens 370
5. Extinção da comunhão 370

Capítulo XVI
Regime de Bens do Casamento: Separação Convencional de Bens

1. Introdução 373
2. Conceito 373
3. Reflexos da separação convencional de bens no Direito das Sucessões 375
4. Administração das despesas do casal na separação convencional 380

Capítulo XVII
Regime de Bens do Casamento: Participação Final nos Aquestos

1. A previsão do regime de participação final nos aquestos como reconhecimento da superação do regime dotal no ordenamento jurídico brasileiro 383
2. Antecedentes históricos e conceito 385
3. Diferenciação para os regimes da comunhão parcial e da separação de bens 386
4. A matemática do regime 389
5. As dívidas no regime de participação final nos aquestos 392
6. A dissolução da sociedade conjugal e o regime de participação final nos aquestos 393

Capítulo XVIII
Bem de Família

1. Análise topológica da disciplina normativa do bem de família legal 395
2. Antecedentes históricos 396
3. Conceito e classificação do bem de família 397
4. Fundamentação normativa do bem de família 398
5. Disciplina jurídica do bem de família voluntário 400
5.1. Características do bem de família voluntário 401

5.2. Constituição do bem de família voluntário 401
5.3. Extinção do bem de família voluntário 403
6. Disciplina jurídica do bem de família legal 404
7. Exceções à impenhorabilidade do bem de família 406
8. Direito intertemporal e a tutela do bem de família 411

Capítulo XIX
União Estável

1. Introdução 413
2. A saga da união estável no Brasil: do concubinato proibido à valorização constitucional 415
2.1. Rejeição (ausência de tutela) 416
2.2. Tolerância (tutela de natureza previdenciária) 418
2.3. Aceitação como fato social (tutela de natureza obrigacional) ... 421
2.4. Valorização (prestígio constitucional) 422
3. A Constituição Federal de 1988 e a união estável 423
3.1. Considerações terminológicas 423
3.2. A inexistência de hierarquia entre modalidades de família 424
4. Conceito de união estável 427
5. Breve notícia do tratamento da matéria no Direito Estrangeiro 431
6. Tratamento jurídico da matéria antes do Código Civil de 2002 433
7. Conceito de união estável no Código Civil de 2002 e seus elementos caracterizadores 436
7.1. Dualidade de sexos 436
7.2. Elementos caracterizadores essenciais 437
7.2.1. Publicidade 437
7.2.2 Continuidade 437
7.2.3. Estabilidade 438
7.2.4. Objetivo de constituição de família 438
7.3. Elementos caracterizadores acidentais (tempo, prole e coabitação) 441
8. Impedimentos para a configuração da união estável 444
9. Efeitos pessoais da união estável: direitos e deveres dos companheiros 447
10. Efeitos patrimoniais da união estável: regime de bens 450
11. Conversão da união estável em casamento 460
12. Estatuto das Famílias e a união estável 461

Capítulo XX
Concubinato e Direitos da(o) Amante

1. Introdução 465
2. As relações paralelas de afeto 466
3. O poliamorismo e a fidelidade 467
4. Relação jurídica de concubinato e direitos da(o) amante 470
5. A(O) amante e os tribunais 475
6. Conclusões e conselho 477

Capítulo XXI
União Homoafetiva

1. Introdução 479
2. Terminologia e conceito 480
3. Notícias do Direito estrangeiro 489
4. Tratamento legal 492
5. Registro administrativo das parcerias civis 499
6. Efeitos jurídicos decorrentes da união homoafetiva 502
   6.1. Efeitos pessoais: direitos e deveres recíprocos 503
   6.2. Efeitos patrimoniais: alimentos, regime de bens e direito sucessório 505
      6.2.1. Alimentos 505
      6.2.2. Regime de bens 508
      6.2.3. Direito sucessório 509
7. Adoção por casais homoafetivos 511
8. Estatuto das Famílias e a união homoafetiva 515

Capítulo XXII
Família Monoparental

1. Introdução 517
2. Conceito jurídico e classificação 517
3. Importância social da família monoparental 518
4. Institutos análogos 521
5. Tutela jurídica 523
6. Extinção da família monoparental 524

Capítulo XXIII
O Divórcio como Forma de Extinção do Vínculo Conjugal

1. Introdução 525
2. Formas de extinção do vínculo conjugal 527
   2.1. Conceito de divórcio 528
   2.2. A morte como forma de extinção do vínculo conjugal 528
   2.3. Invalidade do casamento 533
3. Fases históricas do divórcio no Brasil 533
   3.1. Indissolubilidade absoluta do vínculo conjugal (ausência de divórcio) 534
   3.2. Possibilidade jurídica do divórcio, com imprescindibilidade da separação judicial como requisito prévio 539
   3.3. Ampliação da possibilidade do divórcio, seja pela conversão da separação judicial, seja pelo seu exercício direto 541
   3.4. O divórcio como o exercício de um direito potestativo 542
4. A matemática do divórcio 543
5. Tratamento jurídico atual do divórcio no Brasil 546
   5.1. Um pouco da história da Emenda Constitucional n. 66/2010 547
   5.2. Objeto da Emenda 552
      5.2.1. Extinção da separação judicial 553
      5.2.2. Extinção do prazo de separação de fato para o divórcio 562
6. O divórcio extrajudicial 566
7. O divórcio judicial 574
   7.1. Algumas palavras sobre o divórcio judicial indireto 575
   7.2. Sobre o divórcio judicial direto 576
   7.3. Fundamento do divórcio judicial litigioso 578
8. Considerações sobre a derrocada da culpa no divórcio 578
9. A subsistência jurídica da separação de corpos 584
10. Uso do nome pós-divórcio 588

Capítulo XXIV
Guarda de Filhos

1. Introdução 593
2. Poder familiar 593
   2.1. Noções conceituais 593
   2.2. Exercício do poder familiar 594

2.3. Usufruto e administração dos bens de filhos menores 596
2.4. Extinção, suspensão e destituição do poder familiar 598
3. Reflexões acerca da limitação estatal sobre a forma de educação de filhos (Lei da "Palmada") 599
4. Guarda de filhos 604
5. Alienação parental 614

Capítulo XXV
Filiação

1. Introdução 623
2. A importância do princípio da igualdade na filiação e o princípio específico da veracidade da filiação 623
3. Reconhecimento voluntário 625
4. Reconhecimento judicial 632
4.1. Noções gerais 632
4.2. Ação de investigação de paternidade 633
4.3. Paternidade socioafetiva e posse do estado de filho 640
4.4. Paternidade alimentar 647
4.5. Paternidade biológica × direito à ascendência genética 647
4.6. Multiparentalidade 649
5. Parto anônimo 655
6. Considerações finais 659

Capítulo XXVI
Parentesco

1. Considerações introdutórias 661
2. Conceito jurídico de parentesco 661
3. Visão classificatória do parentesco 662
3.1. Classificação do parentesco quanto à natureza 662
3.1.1. Parentesco natural 663
3.1.2. Parentesco civil 664
3.1.3. Parentesco por afinidade 665
3.1.3.1. Limitação do parentesco por afinidade 665
3.1.3.2. Equivalência não importa em igualdade de tratamento 665

3.2. Classificação do parentesco quanto a linhas 666
3.2.1. Parentesco em linha reta 666
3.2.2. Parentesco em linha colateral 667
3.3. Classificação do parentesco quanto a graus 668
4. Persistência do parentesco por afinidade, na linha reta, após a dissolução do casamento ou união estável 668
5. Restrições legais decorrentes do parentesco 669
5.1. Restrições legais decorrentes do parentesco em linha reta 669
5.2. Restrições legais decorrentes do parentesco em linha colateral... 670
5.3. Restrições decorrentes da natureza do parentesco 670

Capítulo XXVII
Adoção

1. Introdução 673
2. Natureza jurídica e conceito 673
3. Tratamento jurídico 675
3.1. Lei básica reguladora da adoção 675
3.2. Legitimados para a adoção 677
3.3. O consentimento na adoção 684
3.4. Efeitos jurídicos da adoção 685
4. Direito à ascendência genética 687
5. Adoção internacional 687

Capítulo XXVIII
Alimentos

1. Introdução 691
2. Terminologia e conceito 691
3. Pressupostos e critérios de fixação 692
4. Legitimação e características da obrigação alimentar 695
5. Classificações 700
6. A culpa em sede de alimentos 703
7. A prisão do devedor de alimentos 707
8. Alimentos gravídicos 710
9. Revisão, exoneração e extinção dos alimentos 712

Capítulo XXIX
Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada

1. Noções introdutórias 717
2. Distinção conceitual de tutela e curatela 718
3. Tutela 718
3.1. Sujeitos da tutela 719
3.1.1. Tutores 719
3.1.2. Tutelados 721
3.1.3. Da incapacidade para o exercício da tutela 722
3.1.4. Da escusa da tutela 724
3.2. Objeto da tutela 726
3.2.1. Exercício da tutela 726
3.2.1.1. Atos sem prévio controle judicial 726
3.2.1.2. Atos dependentes de controle judicial 728
3.2.1.3. Responsabilidade na tutela 729
3.2.2. Os bens do tutelado 730
3.2.3. Prestação de contas 732
3.3. Cessação da tutela 733
4. Curatela 734
4.1. Sujeitos da curatela 734
4.1.1. Curadores 734
4.1.2. Curatelados 735
4.1.3. Da curatela do nascituro 737
4.2. Alguns aspectos processuais da curatela 738
5. Tomada de Decisão Apoiada 740

Capítulo XXX
Responsabilidade Civil nas Relações Familiares

1. Introdução e motivação do capítulo 743
2. Relembrando conceitos fundamentais de responsabilidade civil 743
3. Competência para julgamento das ações de responsabilidade civil em matéria de relações de família 745
4. Casuística da responsabilidade civil nas relações familiares 746
4.1. Abandono afetivo 746
4.2. Traição 755

4.3. Rompimento de relação (namoro, noivado, união estável e casamento) 761
4.4. Outras hipóteses de conflitos familiares 763
5. Advertência final e convite 765

Referências 767

STJ00111779 - V. 7

PABLO STOLZE GAGLIANO

Juiz de Direito. Professor de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Já ministrou palestras e cursos em diversas instituições brasileiras, inclusive no Supremo Tribunal Federal. Membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual e da Academia Brasileira de Direito Civil.

RODOLFO PAMPLONA FILHO

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador-BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador — UNIFACS. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e dos Cursos de Especialização *on-line* em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho do CERS Cursos *on-line*. Professor Associado III da graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Máster em *Estudios en Derechos Sociales* para *Magistrados de Trabajo de Brasil* pela Universidad de Castilla-La Mancha/ Espanha — UCLM. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Membro (e ex-Presidente) do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil — IBDCivil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM.

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL 7

DIREITO DAS SUCESSÕES

8ª edição
revista, ampliada e atualizada
2021

saraiva jur

ISBN 978-85-536-0771-6 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gagliano, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo

Direito das sucessões / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – Novo curso de direito civil, vol. 7. – 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
480 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5559-480-5 (impresso)

1. Família. 2. Direito civil – Brasil. I. Título. II. Pamplona Filho, Rodolfo.

CDD 340
20-0492 CDU 346.015

Índice para catálogo sistemático:

1. Família : Direito civil

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva JUR

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dalila Costa de Oliveira

Edição Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Daniele Débora de Souza (coord.)
Verônica Pivisan Reis
Estela Janiski Zumbano

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação Markelangelo Design e Projetos Editoriais
Revisão Fernanda Guerriero Antunes
Capa Paulo Caetano
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 23-11-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606779 CAE 741423

Sumário

Agradecimentos 7
Mensagem de Abertura 9
Prefácio à Primeira Edição 23
Apresentação da Primeira Edição 25
Nota dos Autores 27

Capítulo I
Introdução ao Direito das Sucessões

1. A morte como um fato jurídico 29
2. Compreensão do Direito Sucessório: conceito e fundamentação jurídico-ideológica 32
3. Sistemas sucessórios e a questão da legítima 35
4. Breve visão histórica do Direito das Sucessões 38
5. Noções basilares sobre herança 39
   5.1. Conceito 40
   5.2. Natureza jurídica do direito à herança 41
6. Sucessão hereditária: conceito e espécies 42
   6.1. Classificação da sucessão hereditária pela matriz normativa 43
   6.2. Classificação da sucessão hereditária pelo conjunto de bens transmitidos 45
7. O Direito das Sucessões nos Códigos Civis brasileiros de 1916 e 2002 45

Capítulo II
Principiologia do Direito das Sucessões

1. Introdução 47
2. A dificuldade de uma sistematização principiológica do Direito das Sucessões 47
3. Princípios gerais relevantes para o Direito das Sucessões 48
   3.1. Dignidade da pessoa humana 49
   3.2. Igualdade 51
   3.3. Função social da propriedade 51
   3.4. Boa-fé 53

3.5. Autonomia da vontade 55
4. Princípios específicos do Direito Sucessório 56
4.1. Princípio da *Saisine* 56
4.1.1. Considerações etimológicas 56
4.1.2. Noções históricas 58
4.1.3. Conceito 59
4.2. Princípio *(non) ultra vires hereditatis* 62
4.3. Princípio da função social da herança 65
4.4. Princípio da territorialidade 65
4.5. Princípio da temporariedade 67
4.6. Princípio do respeito à vontade manifestada 68

Capítulo III
Disposições Gerais sobre a Sucessão

1. Introdução 71
2. Analisando criticamente a positivação brasileira do Direito das Sucessões 71
3. Noções gerais sobre sucessões no Brasil 73
4. A natureza dos interesses objeto da sucessão hereditária 74
4.1. Da suposta sucessão em interesses jurídicos morais 75
4.2. Da "sucessão" de pessoas jurídicas 76
5. A confusa disciplina jurídica da sucessão pelo(a) companheiro(a). 77

Capítulo IV
Administração da Herança

1. Noções introdutórias 83
2. Administração da herança 83
3. Responsabilidade do administrador da herança (e do inventariante) 87
4. Sucessão em bens de estrangeiros 90

Capítulo V
Aceitação e Renúncia da Herança

1. Introdução 93
2. Aceitação da herança 94

2.1. Distinção entre aceitação e delação da herança 95
2.2. Importância histórica 95
2.3. Classificação 96
2.3.1. Aceitação expressa 96
2.3.2. Aceitação tácita 96
2.3.3. Aceitação presumida 97
2.4. Efeitos 98
2.5. Revogação da aceitação 99
2.6. Transmissibilidade do direito de aceitação da herança 99
3. Renúncia da herança 100

Capítulo VI
Cessão de Direitos Hereditários

1. Introdução 105
2. Compreendendo a natureza da chamada "renúncia translativa" 106
3. Delimitação conceitual da cessão de direitos hereditários 107
4. Disciplina jurídica 107
5. Necessidade da autorização conjugal 112
6. Aspectos tributários 114

Capítulo VII
Vocação Hereditária

1. Introdução 117
2. Relembrando as diferenças conceituais de legitimidade e capacidade 117
3. Legitimados para a sucessão hereditária em geral 120
4. Legitimidade especial na sucessão testamentária 122
4.1. Filhos ainda não concebidos de pessoa indicada pelo testador (prole eventual) 122
4.1.1. Discussão sobre o enquadramento do embrião como prole eventual 128
4.1.2. Discussão sobre a possibilidade de reconhecimento de vocação hereditária autônoma ao embrião 129
4.2. Pessoas jurídicas 131
4.3. Fundações 132
4.3.1. Relembrando as etapas para criação de uma fundação 133

4.3.1.1. Afetação de bens livres por meio do ato de dotação patrimonial 133
4.3.1.2. Instituição por escritura pública ou testamento 134
4.3.1.3. Elaboração dos estatutos 134
4.3.1.4. Aprovação dos estatutos 135
4.3.1.5. Realização do Registro Civil 136
4.3.2. Notas conclusivas sobre a vocação hereditária de fundações 136
5. Impedimentos legais sucessórios 136
6. Da "vocação hereditária" de animais e coisas 139

Capítulo VIII
Excluídos da Sucessão

1. Introdução 141
2. Exclusão por indignidade 144
2.1. Causas de exclusão por indignidade 147
2.1.1. Autoria, coautoria ou participação em homicídio doloso tentado ou consumado 148
2.1.2. Delitos contra a honra 150
2.1.3. Violência ou fraude 152
2.2. Efeitos da exclusão por indignidade 155
3. Teoria do herdeiro aparente 156
4. Perdão do indigno 157
5. Deserdação 158
5.1. Introdução e breve histórico 158
5.2. Conceito 159
5.3. Hipóteses legais de deserdação 160
5.4. Procedimento 163
5.5. Efeitos de deserdação e direito de representação 164
5.6. Considerações finais 166

Capítulo IX
Herança Jacente

1. Finalidade do capítulo 169
2. Conceito 169
3. Natureza 170

4. Arrecadação 171
5. Herança vacante 172
6. Disciplina processual 174

Capítulo X
Da Petição de Herança

1. Introdução 177
2. Conceito 177
3. Natureza jurídica e objetivos 178
4. Prazo para exercício 179
5. Legitimidade 181
6. A petição de herança e a boa-fé 182

Capítulo XI
Sucessão Legítima

1. Introdução 185
2. Noções conceituais prévias 186
3. Ponderações críticas acerca do instituto da herança legítima 187
   3.1. Sobre a (im)possibilidade de gravação de bens da legítima 192
   3.2. Justa causa para gravação de bens da legítima 194
4. Disciplina jurídica positivada da sucessão legítima 198
   4.1. Considerações gerais e regras fundamentais 198
   4.2. Relembrando noções básicas dos regimes de bens no Código Civil brasileiro 200
      4.2.1. Regime de comunhão parcial de bens 200
      4.2.2. Regime de comunhão universal de bens 202
      4.2.3. Regime de participação final nos aquestos 202
      4.2.4. Regime da separação convencional de bens 203
      4.2.5. Regime da separação legal ou obrigatória de bens 204
   4.3. Sucessão pelo descendente 206
      4.3.1. Correntes explicativas da concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da comunhão parcial 208
      4.3.2. Compreensão da expressão "bens particulares" para efeito de concorrência do cônjuge sobrevivente com o descendente 212

4.3.3. Concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da separação convencional de bens ... 214
4.4. Sucessão pelo ascendente ... 220
4.5. Sucessão pelo cônjuge ... 222
4.5.1. O usufruto vidual ... 222
4.5.2. Direito real de habitação ... 225
4.5.3. Disciplina efetiva da sucessão do cônjuge ... 228
4.6. Sucessão pela(o) companheira(o) ... 233
4.7. Sucessão pelo colateral ... 239
4.8. Sucessão pelo ente público ... 242

Capítulo XII
Direito de Representação

1. Introdução ... 243
2. Breve histórico e considerações terminológicas ... 243
3. Conceito ... 245
4. Características ... 245
5. Fundamento e finalidade ... 248
6. Efeitos ... 248
7. Considerações finais ... 249

Capítulo XIII
Sucessão Testamentária

1. Considerações iniciais ... 251
2. Noções gerais sobre o testamento ... 251
2.1. Sobre o poder de testar ... 252
2.2. Conceito e natureza jurídica ... 256
2.3. Características essenciais ... 258
2.4. Modalidades classificatórias do testamento ... 261
3. Algumas palavras sobre a visão histórica do testamento ... 262
4. Aspectos relevantes do plano da validade aplicável ao testamento .. 265
4.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé ... 266
4.2. Capacidade de testar ... 266
4.3. Objeto do testamento ... 268
4.4. Forma prescrita em lei ... 269
4.5. Prazo das ações de invalidade de testamento ... 269

5. O testamenteiro 271
5.1. Conceito e natureza jurídica 271
5.2. Formas de designação 272
5.3. Requisitos para o exercício 273
5.4. Atribuições 274
5.5. Retribuição 275
5.6. Prazo 278
5.7. Responsabilidade 278
5.8. Extinção regular da testamentaria 279
5.9. Destituição ou renúncia do testamenteiro 279
6. Regência temporal da lei reguladora da sucessão testamentária 280

Capítulo XIV
Formas Ordinárias de Testamento

1. Introdução 283
2. Algumas palavras sobre formas proibidas de testamento 284
3. Testamento público 285
3.1. Requisitos de validade 286
3.2. Das peculiaridades do testamento público por características pessoais do testador 289
3.3. Aspectos processuais 291
3.4. Considerações acerca da publicidade desta forma de testamento. 291
4. Testamento cerrado 293
4.1. Requisitos de validade 294
4.2. Sobre a confecção do testamento cerrado 296
4.3. Das peculiaridades do testamento cerrado por características pessoais do testador 297
4.4. Procedimento para abertura do testamento cerrado 298
5. Testamento particular 299
5.1. Noções gerais 299
5.2. Aspectos processuais 301

Capítulo XV
Formas Extraordinárias de Testamento

1. Considerações iniciais 305
2. Testamento marítimo e aeronáutico 306

2.1. Crítica à "criatividade" da nova forma codificada 306
2.2. Procedimento de elaboração 307
2.3. Caducidade 308
3. Testamento militar 309
3.1. Procedimento de elaboração 309
3.2. Caducidade 310
3.3. Observações sobre o testamento nuncupativo 311
4. Discussão sobre a possibilidade jurídica do testamento vital ou biológico 312

Capítulo XVI
Codicilo

1. Esclarecimento topológico 317
2. Conceito e denominação 317
3. Finalidade e objeto do instituto 318
4. Forma 320
5. Relação do codicilo com o testamento 322
6. Revogação 322

Capítulo XVII
Disposições Testamentárias

1. Finalidade do capítulo 325
2. Delimitação conceitual de uma disposição testamentária 325
3. Tipologia das disposições testamentárias 326
4. Sobre a interpretação do testamento 327
5. Sobre a nomeação de herdeiros e a distribuição de quinhões ou bens individualmente considerados 329
6. Sobre a validade das cláusulas testamentárias 331
7. Prazo para impugnação das disposições testamentárias 335
8. Das limitações de eficácia 337
9. Cláusulas de restrição de propriedade 337

Capítulo XVIII
Legados

1. Introdução 343

2. Noções conceituais 343
3. Sujeitos 344
4. Objeto 345
5. Tipologia 348
6. Efeitos 350
7. Pagamento 353
8. Caducidade 355

Capítulo XIX
Direito de Acrescer e Redução das Disposições Testamentárias

1. Introdução 359
2. Direito de acrescer 359
3. Redução das disposições testamentárias 363

Capítulo XX
Substituições

1. Introdução 369
2. Substituição vulgar ou ordinária 370
3. Substituição recíproca 372
4. Substituição fideicomissária (fideicomisso) 373
5. Substituição compendiosa 378

Capítulo XXI
Extinção do Testamento (Invalidade, Caducidade, Revogação e Rompimento)

1. Introdução 379
2. Considerações classificatórias 379
3. Invalidade do testamento 380
   3.1. Prazo das ações de invalidade de testamento 382
   3.2. Conversão do testamento nulo ou anulável 384
4. Inexecução do testamento 387
   4.1. Caducidade 387
   4.2. Revogação 389
   4.3. Rompimento 391

Capítulo XXII
Planejamento Sucessório

1. Introdução 395
2. Conceito 396
3. Regimes de bens e planejamento sucessório 397
   3.1. Comunhão parcial de bens 397
   3.2. Comunhão universal de bens 402
   3.3. Participação final nos aquestos 402
   3.4. Separação de bens 405
   3.5. Implicações sucessórias do regime de bens adotado 406
4. O Direito Societário e o planejamento sucessório 411
5. Planejamento sucessório e partilha em vida 413

Capítulo XXIII
Inventário

1. Introdução 417
2. Delimitação conceitual e classificação do inventário 417
3. Inventário e espólio 419
4. Administração provisória da herança 419
5. O inventariante 421
   5.1. Legitimidade para a designação 422
   5.2. Atribuições 423
   5.3. Designação 424
   5.4. Remoção 425
6. Início e prazo do inventário 426
7. Liquidação da herança 428
   7.1. Sonegados 428
   7.2. Colações 429
   7.3. Pagamento das dívidas 436
   7.4. Avaliação e cálculo do imposto 439
8. Inventário negativo 441
9. Inventário administrativo 442
10. Inventário judicial 443
   10.1. Procedimento judicial no inventário comum 444
   10.2. Arrolamento 445
   10.3. Alvará judicial 447
   10.4. Inventário e Pandemia da Covid-19 448

Capítulo XXIV
Partilha

1. Finalidade do capítulo 451
2. Noções conceituais fundamentais 451
3. Espécies de partilha 452
4. Legitimidade para requerimento da partilha 453
5. Partilha em vida 454
6. Isonomia na partilha 454
7. Alienação judicial 454
8. Homologação da partilha 455
9. Da garantia dos quinhões hereditários 457
10. Da invalidade de partilha: ação anulatória (anulação da partilha) e ação rescisória 457
11. Sobrepartilha 458

Capítulo XXV
Resíduos Sucessórios

1. Finalidade do capítulo 461
2. Delimitação conceitual 462
3. Tratamento jurídico 463
4. Resíduos sucessórios e relações trabalhistas 465
5. A título de arremate 466

Referências 469